

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **ATICCA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Instituição") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Instituição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre salientar que a Administração da Instituição é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

RENATO CARDILI
Diretor de Contabilidade

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da ATICCA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A ("Instituição"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Aticca Sociedade de Crédito Direto S/A
Araraquara – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aticca Sociedade de Crédito Direto S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aticca Sociedade de Crédito Direto S/A em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

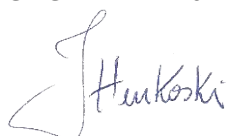
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 05 de fevereiro de 2025.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR N° 011842/O-5
CVM N° 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR N° 044.768/O-3



João Henrique Ronskoski
CRC – PR N° 067.851/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de Reais)

Ativo	dez/2024	dez/2023
<u>CIRCULANTE</u>		
Disponibilidades	103	259
Caixa e Equivalentes de Caixa	103	259
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	0	1.552
Livres - Carteira Própria	0	3
Certificado de Depósito Bancário	0	3
Cotas de Fundos de Investimentos	0	0
Banco Central - Depósitos para Capital em títulos	0	1.549
Relações Interfinanceiras	1.167	0
Banco Central - Depósitos em Moeda Eletrônica	1.167	0
Operações de Crédito	3.148	1.487
Setor Privado	3.243	1.500
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	(13)
Outros Créditos	303	94
Impostos e Contribuições a Compensar	240	94
Diversos	63	0
Total do Ativo Circulante	4.721	3.392
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Realizável a longo prazo	132	27
Operações de crédito	132	27
Setor privado	133	28
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	(1)
Total do Ativo não Circulante	132	27
TOTAL DO ATIVO	4.853	3.419
Passivo	dez/2024	dez/2023
<u>CIRCULANTE</u>		
Outras Obrigações		
Conta de Pagamento Pré-Paga	1.178	0
Cobrança e Arrecadação de Tributos	16	2
Obrigações Sociais e Estatutárias	200	130
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16	71
Credores Diversos	0	2
Total do Passivo Circulante	1.410	205
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social	3.000	1.500
Aumento de Capital	0	1.500
Reservas de Lucros	443	214
Total do Patrimônio Líquido	3.443	3.214
TOTAL DO PASSIVO	4.853	3.419

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2ºSEM2024	dez/2024	dez/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	794	1.237	851
Operações de Crédito	634	1.044	808
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	22	38
Resultado em Ops. De Venda ou de Transf. De Ativos Financeiros	121	138	5
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	34	33	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(61)	(81)	(133)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(61)	(81)	(70)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	0	0	(63)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	733	1.156	718
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(351)	(613)	(598)
Rendas de Prestação de Serviços	117	163	83
Despesas de Pessoal	0	(2)	(60)
Outras Despesas Administrativas	(407)	(690)	(571)
Despesas Tributárias	(66)	(91)	(50)
Outras Receitas Operacionais	5	7	0
RESULTADO OPERACIONAL	382	543	120
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	382	543	120
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(79)	(114)	(64)
Imposto de Renda	(45)	(62)	(32)
Contribuição Social	(34)	(52)	(32)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	303	429	56
Quantidade de Ações ON Integralizadas	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,10113	0,14289	0,01877

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2ºSEM2024	dez/2024	dez/2023
Resultado Líquido do Período	303	429	56
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0	0
Resultado Abrangente do Período	303	429	56

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de Reais)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500	1.500	18	196	0	3.214
Aumento de Capital	1.500	(1.500)	0	0	0	0
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	429	429
Destinações:						
Reservas de Lucros	0	0	21	208	(229)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(200)	(200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	0	39	404	0	3.443
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.500	0	15	184	0	1.699
Aumento de Capital	0	1.500	0	0	0	1.500
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	56	56
Destinações:						
Reservas de Lucros	0	0	3	12	(15)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500	1.500	18	196	0	3.214
Saldos em 30 de junho de 2024	3.000	0	18	196	126	3.340
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	303	303
Destinações:						
Reservas de Lucros	0	0	21	208	(229)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(200)	(200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	0	39	404	0	3.443

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	2ºSEM2024	dez/2024	dez/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	303	429	56
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61	81	70
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	0	0	(63)
Lucro Líquido Ajustado	364	510	63
Variações nas contas do Ativo e Passivo			
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	(736)	(1.847)	(262)
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	341	1.552	(1.355)
(Aumento)/Redução de Relações interfinanceiras	(1.167)	(1.167)	0
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(113)	(210)	(54)
Aumento/(Redução) em Contas de Pagamento	1.178	1.178	0
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arredação de Tributos	14	14	(4)
Aumento/(Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	0	(130)	0
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(26)	(55)	65
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	0	(2)	2
	(509)	(667)	(1.608)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(145)	(157)	(1.545)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	0	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	0	0	(16)
Capital integralizado	0	0	1.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	0	0	1.484
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	(145)	(157)	(61)
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades			
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	247	259	320
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	102	102	259
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(145)	(157)	(61)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ATICCA – SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, (“Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, de acordo com as disposições na Resolução CMN nº 5.050, de 25 de novembro de 2022 e alterações posteriores.

Em 4 de novembro de 2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) por meio do Ofício 25568/2021–BCB/Deorf/GTBHO, publicado no DOU desta mesma data, Edição 207, seção 3 e página 50, aprovou a autorização para funcionamento. A Instituição iniciou suas operações em 04 de fevereiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Estas Demonstrações Financeiras foram Aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2025.

As demonstrações financeiras da Instituição estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020 e da IN BCB 236, de 17/02/2022 e alterações posteriores das normas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
- b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- c) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.
- d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:
 - (i) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são

reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(ii) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H(perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

- e) Passivo circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.
- f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20/mês. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	dez/2024	dez/2023
Depósitos Bancários	103	259

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão compostas como segue:

Descrição	Categoria	dez/2024	dez/2023
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados			
Livres			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Negociáveis competitivos	-	3
		-	3

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	dez/2024	dez/2023
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Financiamento - Setor Privado	168	0
Empréstimos - Setor Privado	3.207	1.528
Total da Carteira	3.375	1.528
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	(14)
Total da Carteira Líquida	3.280	1.514
Realizável a Curto Prazo	3.243	1.487
Realizável a Longo Prazo	132	27

b) Composição da carteira por tipo de cliente:

	dez/2024	dez/2023
Tipo de Cliente	Valor	Valor
Pessoas Físicas	0	0
Pessoas Jurídicas	3.375	1.528
Total da Carteira	3.375	1.528
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	(14)
Total da Carteira Líquida	3.280	1.514
Realizável a Curto Prazo	3.243	1.487
Realizável a Longo Prazo	132	27

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	dez/2024	dez/2023
	Valor	Valor
Total a vencer		
Vencidos	381	55
até 3 meses	1.688	877
de 4 a 12 meses	1.173	568
de 1 a 3 anos	133	28
Total da Carteira	3.375	1.528
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	(14)
Total da Carteira Líquida	3.280	1.514
Realizável a Curto Prazo	3.243	1.487
Realizável a Longo Prazo	132	27

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

31/12/2024				
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	2.751	2.751	0,5	(14)
B	266	266	1,0	(3)
C	192	192	10,0	(6)
D	104	104	100,0	(10)
H	62	62	100,0	(62)
Totais	3.375	3.375		(95)

31/12/2023				
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	1.327	1.327	0,5	(7)
C	185	185	3,0	(5)
D	16	16	1,0	(2)
Totais	1.528	1.528		(14)

e) Resultado das operações de crédito:

Rendas de Operações de Crédito	2ºSEM2024	dez/24	dez/23
Rendas de empréstimos	628	1038	808
Rendas de financiamentos	6	6	0
	634	1044	808

f) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	2ºSEM2024	dez/2024	dez/2023
	Valor	Valor	Valor
Saldos no início do período	(34)	(14)	(7)
(Constituição)/Reversão	(61)	(81)	(7)
Total	(95)	(95)	(14)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	2ºSEM2024	dez/2024	dez/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	382	543	120
(+/-) adições/exclusões			
(+) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61	81	70
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(16)	(79)	63
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(200)	(200)	(41)
Lucro Real/(Prejuízo Fiscal)	227	345	212
Imposto de Renda - alíquota de 15%	34	52	32
Imposto de Renda - alíquota adicional de 10%	11	11	0
Total do Imposto de Renda	45	63	32
Contribuição Social - alíquota de 15%	34	52	32
Total da Contribuição Social	34	52	32

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social: O Capital social é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e estão representadas por 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país, sendo o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) devidamente homologado em 04 de janeiro de 2024 por meio do Ofício nº 163/2024-BCB/Deorf/GTSP2 – Processo 257001.

9. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:

- a) Outras despesas administrativas:

Outras Despesas Administrativas	2ºSEM2024	dez/24	dez/23
Despesas de aluguel	4	7	2
Despesas de comunicações	44	59	14
Despesas de processamento de dados	176	274	62
Despesas de serviços do sistema financeiro	21	46	66
Despesas de serviços de terceiros	49	92	38
Despesas de serviços técnicos especializados	84	170	82
Outras despesas administrativas	29	42	8
	407	690	274

b) Despesas tributárias:

Despesas tributárias	2ºSEM2024	dez/24	dez/23
Despesas tributárias	17	17	2
PIS	6	9	6
Cofins	37	57	38
ISS	6	8	4
	66	91	50

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito. A INSTITUIÇÃO, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária. Complementarmente, a INSTITUIÇÃO conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

b) Gerenciamento de capital: a INSTITUIÇÃO avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da INSTITUIÇÃO é adequada à complexidade de suas operações.

c) Risco de mercado: os instrumentos financeiros da INSTITUIÇÃO são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da INSTITUIÇÃO.

d) Risco de crédito: o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

e) Risco de liquidez: a INSTITUIÇÃO trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. f) Risco operacional: a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da INSTITUIÇÃO, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES:

Não há eventos subsequentes relevantes até a data da emissão das demonstrações financeiras.



12. DEMANDAS JUDICIAIS:

A sociedade figura como autora em 7 (sete) processos de cobrança aos quais foram classificados como de ganho possível pelos assessores jurídicos.

RENATO CARDILI
Diretor Executivo e Financeiro

RENATO CARDILI JUNIOR
Diretor Administrativo

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6

